

16ª edição
2016

DIREITO ELEITORAL BRASILEIRO

JOEL J. CÂNDIDO

É advogado (OAB/RS 7.399) e conferencista nacional na área do Direito Eleitoral. Integrou o Ministério Público do RS como Promotor e Procurador de Justiça (1974-1994). Colaborou com a Comissão Especial da Câmara dos Deputados na redação da lei para as eleições gerais de 1994 e na redação da atual Lei das Eleições (1997).

edipro

DIREITO ELEITORAL BRASILEIRO

JOEL J. CÂNDIDO

16ª edição revista, atualizada e ampliada 2016

© desta edição: *Edipro Edições Profissionais Ltda.* – CNPJ nº 47.640.982/0001-40

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer forma ou por quaisquer meios, eletrônicos ou mecânicos, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenamento e recuperação de informações, sem permissão por escrito do Editor.

Editores: Jair Lot Vieira e Maíra Lot Vieira Micales

Coordenação editorial: Fernanda Godoy Tarcinalli

Editoração: Alexandre Rudyard Benevides

Revisão: Sandra Cristina Lopes

Arte: Karine Moreto Massoca

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Cândido, Joel J.

Direito eleitoral brasileiro / Joel J. Cândido. – 16. ed., revista, atualizada e ampliada – São Paulo: Edipro, 2016.

Bibliografia.

ISBN 978-85-7283-888-7

1. Direito eleitoral – Brasil I. Título.

92-2396

CDU-342.8(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito eleitoral : 342.8 (81)



edipro

São Paulo: Fone (11) 3107-4788 • Fax (11) 3107-0061

Bauru: Fone (14) 3234-4121 • Fax (14) 3234-4122

www.edipro.com.br

SUMÁRIO



PREFÁCIO	17
NOTA À 16ª EDIÇÃO	19
1. DO DIREITO ELEITORAL BRASILEIRO	25
1.1. Fontes e Conceitos	26
1.2. As Disposições Constitucionais Eleitorais	26
1.2.1. Constituição Imperial de 1824	27
1.2.2. Constituição Republicana de 1891	27
1.2.3. Constituição de 1934	27
1.2.4. Constituição de 1937	27
1.2.5. Constituição de 1946	27
1.2.6. Constituição de 1967	28
1.2.7. Constituição de 1969	28
1.2.8. Constituição de 1988	28
1.3. Leis Eleitorais de Diversas Épocas	28
1.3.1. Colônia	29
1.3.2. Império	29
1.3.3. República	30
1.4. As Codificações Eleitorais	31
1.5. Perspectivas Futuras do Código Eleitoral	39
1.6. Plebiscitos	41
2. ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA ELEITORAL	43
2.1. Órgãos da Justiça Eleitoral	43
2.2. Tribunal Superior Eleitoral – TSE	44
2.3. Tribunais Regionais Eleitorais – TREs	46
2.4. Juízes Eleitorais	48

2.5. Juntas Eleitorais	48
2.6. Competência dos Órgãos da Justiça Eleitoral	51
3. MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL	53
3.1. Ministério Público Federal	54
3.2. Ministério Público dos Estados	56
3.2.1. Designação dos Promotores Eleitorais	57
3.2.2. Organização do Ministério Público dos Estados	59
3.3. Legitimidade do Ministério Público Eleitoral	61
3.4. Funções do Ministério Público Eleitoral	64
a) Na fase preparatória do Pleito	65
b) Na fase da Eleição	66
c) Na fase de Apuração	66
d) Finalmente, na Diplomação, última fase do Processo Eleitoral, competes ao Promotor Eleitoral	67
3.5. Garantias e Prerrogativas, Deveres e Impedimentos	68
4. ALISTAMENTO ELEITORAL	73
4.1. Conceito	73
4.2. Os Direitos Políticos na Constituição Federal	73
4.3. Processamento Eletrônico de Dados	76
4.4. Fiscalização da Inscrição Eleitoral	78
4.5. Domicílio e Transferência Eleitorais	80
4.6. Preparadores Eleitorais: valor histórico-doutrinário	84
4.7. Cancelamento e Exclusão do Eleitor	85
a) Infração ao art. 5º do Código Eleitoral	85
b) Infração ao art. 42 do Código Eleitoral	86
c) Suspensão ou perda dos direitos políticos	86
d) Direito de votar e assistência social	87
e) Pluralidade de inscrições	88
f) Falecimento	88
g) Abstenção reiterada	88
h) Revisão do eleitorado	88
5. REGISTRO DE CANDIDATOS	91
5.1. Convenções Partidárias para Escolha dos Candidatos	91
a) Espécies de Convenções	92
b) Composição das Convenções	94
c) Data das Convenções	95
d) Convocação dos Convencionais	95

e) Instalação e Deliberação	96
f) Número de Candidatos	97
g) Número dos Candidatos	98
h) Documentação da Convenção	99
5.2. Processo de Registro	100
a) Pedido de Registro	100
b) Relação de Candidatos, com os Números respectivos	101
c) Ata da Convenção	101
d) Documentos dos Candidatos	101
5.3. Cancelamento de Registro e Substituição de Candidatos	103
5.4. Condições de Elegibilidade	103
5.5. Causas de Inelegibilidade	108
5.6. Impugnações	153
a) Antes da Eleição	153
b) Depois da Eleição	153
5.6.1. Ação de Impugnação de Pedido de Registro de Candidatura – AIPRC	154
5.6.2. Ação de Investigação Judicial Eleitoral – AIJE	158
6. PROPAGANDA ELEITORAL	165
6.1. Época da Propaganda	168
6.2. Propaganda Lícita	170
6.3. Propaganda Irregular	172
6.4. Propaganda Criminosa	175
6.5. Medidas Processuais Relativas à Propaganda	176
6.5.1. Competência da Justiça Eleitoral	177
6.5.2. Atuação do Ministério Público	177
7. MEDIDAS PRELIMINARES À VOTAÇÃO E À APURAÇÃO	179
7.1. Mesas Receptoras de Votos	179
7.1.1. Composição da Mesa Receptora de Votos	181
7.1.2. Impedimentos e Recusa à Nomeação	183
7.1.3. Seção Eleitoral	186
7.2. Juntas Eleitorais	188
7.2.1. Designação	189
7.2.2. Impugnação	191
7.3. Escrutinadores e Auxiliares	192
7.4. Ritos das Impugnações	193

8. VOTAÇÃO	195
8.1. Dia e Hora da Votação	195
8.2. O Voto e Ato de Votar	196
8.3. Incidentes na Votação	199
8.4. Voto em Separado	201
a) Modalidades	201
b) Conceitos	202
c) Operacionalidade do voto em separado	202
d) Prerrogativa de Função	203
8.5. Encerramento da Votação	204
8.6. Atos Sucessivos ao Encerramento da Votação	204
8.7. Votação Eletrônica	205
9. APURAÇÃO	207
9.1. Competência	207
9.2. Apuração pelas Mesas Receptoras	207
9.3. Instalação das Juntas e das Turmas	208
9.4. Fiscalização da Apuração	210
9.5. Contagem dos Votos	210
9.5.1. Impugnações	213
9.5.2. Rito das Impugnações e Decisões da Junta Eleitoral	213
9.5.3. Recursos, Razões e Contrarrazões	214
9.6. Apuração Especial dos Votos em Separado	215
9.7. Boletim, Mapa e Ata Eleitoral	216
9.8. Proclamação dos Resultados Totalizados	217
9.9. Processamento Eletrônico de Dados na Apuração	218
9.10. Apuração Eletrônica	219
10. DIPLOMAÇÃO	221
10.1. Natureza Jurídica da Diplomação	222
10.2. Competência para Diplomar	224
10.3. Época e Local da Diplomação	224
10.4. Diploma	226
10.5. Fiscalização da Diplomação	227
11. RECURSOS ELEITORAIS	229
11.1. Considerações Gerais	229
11.1.1. Recursos contra Decisões dos Juízes Eleitorais	230
a) Apelação Criminal Eleitoral	231

b) Recurso em Sentido Estrito	231
c) Revisão Criminal	232
d) Recurso Inominado	232
11.1.2. Recursos contra Decisões das Juntas Eleitorais	234
a) Recurso Inominado	234
b) Recurso Parcial	235
c) Recurso contra a Diplomação	235
11.1.3. Recursos contra Decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais	240
a) Recurso Parcial	241
b) Recurso contra a Diplomação	241
c) Recurso Inominado	241
d) Embargos de Declaração	241
e) Recurso Especial	242
f) Recurso Ordinário	243
g) Agravo	244
h) Revisão Criminal	245
11.1.4. Recursos contra Decisões do Tribunal Superior Eleitoral	245
a) Recurso Inominado	245
b) Embargos de Declaração	245
c) Revisão Criminal	245
d) Agravo	246
e) Recurso Extraordinário	246
f) Recurso Ordinário	246
11.2. Habeas Corpus Eleitoral	246
11.3. Mandado de Segurança Eleitoral	247
11.4. Mandado de Injunção e Habeas Data no Direito Eleitoral	248
11.5. Ação Rescisória Eleitoral	250
11.5.1. Ação	250
11.5.2. Prazo	250
11.5.3. Cabimento	250
11.5.4. Autor	251
11.5.5. Foro	251
11.5.6. Recurso	252
11.5.7. Casos de Inelegibilidade	252
11.5.8. Elegibilidade e Direitos Políticos	253

12. AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO	255
12.1. Natureza e Prazo da Ação	255
12.2. Cabimento da Ação	256
12.2.1. Legitimidade	256
12.2.2. Foro	257
12.2.3. Objeto da Ação	258
12.2.4. Provas	259
12.2.5. Efeitos	259
12.3. Rito Processual	260
12.3.1. Roteiro da Ação	261
12.3.2. Recurso	262
12.3.3. Segredo de Justiça	263
12.3.4. “Recall” ou “Revocatória del Mandato”	263
13. CRIMES ELEITORAIS	265
13.1. Código Eleitoral	265
13.2. Leis Penais Eleitorais Extravagantes	265
13.3. Sobre a Pena Mínima dos Crimes Eleitorais	267
13.4. Classificação dos Crimes Eleitorais	267
13.4.1. Crimes contra a Organização Administrativa da Justiça Eleitoral	268
13.4.2. Crimes contra os Serviços da Justiça Eleitoral	268
13.4.3. Crimes contra a Fé Pública Eleitoral	268
13.4.4. Crimes contra a Propaganda Eleitoral	268
13.4.5. Crimes contra o Sigilo ou o Exercício do Voto	268
13.4.6. Crimes contra os Partidos Políticos	269
13.5. Classificação Doutrinária dos Crimes Comuns	270
13.6. Dos Crimes do Código Eleitoral	274
Art. 289 – Inscrição fraudulenta	274
Art. 290 – Indução à inscrição indevida	274
Art. 291 – Inscrição fraudulenta pelo juiz	275
Art. 292 – Negativa de inscrição eleitoral	276
Art. 293 – Perturbação do alistamento	277
Art. 295 – Retenção de título eleitoral	277
Art. 296 – Desordem eleitoral	277
Art. 297 – Impedir o eleitor de votar	278
Art. 298 – Prisão irregular de eleitor	278
Art. 299 – Corrupção ativa e passiva eleitoral	279
Art. 300 – Coação eleitoral	280

Art. 301 – Aliciamento violento de eleitores	281
Art. 302 – Concentração ilegal de eleitores	281
Art. 303 – Majoração de preço nas eleições	281
Art. 304 – Ocultação ou recusa de fornecimento de bens e serviços nas eleições	282
Art. 305 – Intervenção de autoridade estranha à mesa receptora	282
Art. 306 – Inobservância da ordem de votação	283
Art. 307 – Fornecimento de cédula assinalada	284
Art. 308 – Fornecimento de cédula em momento impróprio ...	284
Art. 309 – Votar mais de uma vez	285
Art. 310 – Prática de irregularidade na votação	285
Art. 311 – Voto fora da seção	286
Art. 312 – Violação de voto	286
Art. 313 – Omissão na expedição de boletim de apuração ...	286
Art. 314 – Omissão no recolhimento de cédulas	287
Art. 315 – Alteração indevida de boletim ou mapa	287
Art. 316 – Recusa indevida de consignação de protesto	288
Art. 317 – Violação de urna	289
Art. 318 – Apuração indevida pelas mesas receptoras	289
Art. 319 – Subscrição de registro de partido	290
Art. 320 – Inscrição simultânea em partido político	290
Art. 321 – Assinatura indevida em registro de partido	290
Art. 323 – Divulgação de fatos inverídicos	291
Art. 324, <i>caput</i> – Calúnia eleitoral	291
Art. 324, §§ 1º e 2º – Divulgação de falsa imputação	292
Art. 325 – Difamação eleitoral	293
Art. 326, <i>caput</i> , e § 1º – Injúria eleitoral	293
Art. 326, § 2º – Injúria eleitoral violenta	294
Art. 331 – Inutilização de propaganda lícita	295
Art. 332 – Impedir propaganda lícita	295
Art. 334 – Aliciamento comercial de eleitores	296
Art. 335 – Propaganda em língua estrangeira	296
Art. 337, <i>caput</i> – Participação de estrangeiro em atividades partidárias	297
Art. 337, parágrafo único – Autorizar transmissão ou divulgar pronunciamento de estrangeiro	299
Art. 338 – Preterição à prioridade postal	299
Art. 339 – Supressão ou ocultação de urna	300

Art. 340 – Guarda indevida de material eleitoral	300
Art. 341 – Retardamento de publicações eleitorais	301
Art. 342 – Omissão do Ministério Público	301
Art. 343 – Omissão judicial	302
Art. 344 – Recusa a serviço eleitoral	302
Art. 345 – Omissão nos deveres eleitorais	304
Art. 346 – Utilização de prédio ou serviço público para fins políticos partidários	305
Art. 347 – Desobediência e resistência eleitoral	305
Art. 348 – Falsificação ou alteração de documento público	306
Art. 349 – Falsificação ou alteração de documento particular ...	306
Art. 350 – Falsidade ideológica eleitoral	307
Art. 352 – Falso reconhecimento de firma	307
Art. 353 – Uso de documento falso	308
Art. 354 – Obtenção de documento falso	309
13.7. Dos Crimes das Leis Penais Eleitorais Extravagantes	309
13.7.1. Crimes da Lei nº 6.091, de 15 de agosto de 1974 – Lei do Transporte e Alimentação de Eleitores	309
Art. 11, I – Descumprir o dever do art. 3º	309
Art. 11, II – Desatender a requisição do art. 2º	310
Art. 11, III – Descumprir a proibição dos arts. 5º, 8º e 10	310
Art. 11, IV – Obstar a prestação dos serviços dos arts. 4º e 8º	311
Art. 11, V – Utilização de veículos ou embarcações ...	312
13.7.2. Crime da Lei nº 7.021, de 6 de setembro de 1982	312
Art. 5º – Destruição de relação de candidatos	312
13.7.3. Crime da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 – Lei das Inelegibilidades	313
Art. 25 – Impugnação de registro de má-fé	313
13.7.4. Crimes da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 – Lei das Eleições	314
Art. 33, § 4º – Divulgação de pesquisa fraudulenta ...	314
Art. 34, § 2º – Impedir a fiscalização das pesquisas ...	314
Art. 34, § 3º – Publicação de pesquisa irregular	315
Art. 39, § 5º, I – Uso proibido de alto-falantes	315
Art. 39, § 5º, II – Arregimentação de eleitor ou boca de urna	316

Art. 39, § 5º, III – Divulgação de propaganda no dia da eleição	318
Art. 40 – Uso, na propaganda eleitoral, de símbolos de órgãos de governo	319
Art. 57-H, § 1º – Contratação ilegal de grupo de pessoas	320
Art. 57-H, § 2º – Participação ilegal de grupo de pessoas	320
Art. 68 – Recusa de entrega de boletim de urna eletrônica	321
Art. 72, I – Obter acesso a sistema de dados eleitorais	323
Art. 72, II – Destruir sistema de dados eleitorais	323
Art. 72, III – Dano a equipamento eletrônico eleitoral ...	324
Art. 87, <i>caput</i> , e § 4º – Cerceamento da fiscalização partidária	324
Art. 87, §§ 2º e 4º – Recusa de entrega de boletim ...	325
Art. 91, parágrafo único – Retenção de título ou comprovante de alistamento eleitoral	326
Art. 100-A, § 5º – Contratação ilegal de pessoal para as campanhas eleitorais	326
14. POLÍCIA JUDICIÁRIA ELEITORAL	329
14.1. Polícia Federal	329
14.2. Atribuições da Polícia Federal	332
14.3. Polícia Civil dos Estados	335
14.4. Atribuições da Polícia Civil	336
15. PROCESSO PENAL ELEITORAL	339
15.1. Investigação dos Crimes Eleitorais	340
15.1.1. Notícia-Crime Eleitoral	342
15.1.2. Representação Criminal Eleitoral	343
15.1.3. Peças de Informação sobre Crime Eleitoral	343
15.1.4. Inquérito Policial Eleitoral	344
15.1.5. Termo Circunstanciado Eleitoral	344
15.1.6. Auto de Prisão em Flagrante	345
15.2. Rito do Processo Penal Eleitoral de Competência do Juizado Especial Criminal – JEC	345
15.3. Rito do Processo Penal Eleitoral de Competência do 1º Grau de Jurisdição	348
15.4. Rito do Processo Penal Eleitoral de Competência Originária dos Tribunais	350

16. LEI DAS ELEIÇÕES – COMENTÁRIOS À LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997	353
16.1. Histórico da Lei	353
16.2. Disposições Gerais (arts. 1º ao 5º)	354
16.3. Das Coligações (art. 6º)	362
16.4. Das Convenções para a Escolha de Candidatos (arts. 7º ao 9º)	374
16.5. Do Registro de Candidatos (arts. 10 ao 16-B)	381
16.6. Da Arrecadação e da Aplicação de Recursos nas Campanhas Eleitorais (arts. 17 ao 27)	416
16.7. Da Prestação de Contas (arts. 28 ao 32)	455
16.8. Das Pesquisas e Testes Pré-Eleitorais (arts. 33 ao 35-A)	477
16.9. Da Propaganda Eleitoral em Geral (arts. 36 ao 41-A)	484
16.9.1. Da Propaganda Eleitoral Mediante <i>Outdoors</i> (art. 42) ...	527
16.9.2. Da Propaganda Eleitoral na Imprensa (art. 43)	527
16.9.3. Da Propaganda Eleitoral no Rádio e na Televisão (arts. 44 ao 57-I)	529
16.10. Do Direito de Resposta (arts. 58 e 58-A)	579
16.11. Do Sistema Eletrônico de Votação e da Totalização dos Votos (arts. 59 ao 62)	589
16.12. Das Mesas Receptoras (arts. 63 e 64)	597
16.13. Da Fiscalização das Eleições (arts. 65 ao 72)	599
16.14. Das Condutas Vedadas aos Agentes Públicos em Campanhas Eleitorais (arts. 73 ao 78)	614
16.15. Disposições Transitórias (arts. 79 ao 89)	633
16.16. Disposições Finais (arts. 90 ao 107)	644
16.17. Anexos	704

APÊNDICE**COMENTÁRIOS À RESOLUÇÃO TSE Nº 22.610, DE 25.10.2007**

<i>Disciplina o processo de perda de cargo eletivo, bem como de justificação de desfiliação partidária</i>	705
--	-----

ABREVIATURAS E SIGLAS USADAS	733
---	-----

REFERÊNCIAS	735
--------------------------	-----